jornal da
ADUFMAT

Informativo da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso Cuiabá/MT outubro de 2013

ADUFMAT

Reitoria avança com projeto de terceirização do RU da UFMT

A reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) deu, em total silêncio, mais um passo largo em direção à privatização do Restaurante Universitário (RU). Abriu um novo processo de licitação para mais uma empresa terceirizada gerir o restaurante.
Página 3

DCE denuncia perseguição política na UFMT
Página 2

HUJM

Do sucateamento à privatização

Sem muitas condições estruturais, hospital sobrevive em meio à falta de recursos humanos e a caminho da privatização Página 4

Universidade ontem e hoje

UFMT nunca foi socialmente referenciada
Página 6

ESPECIAL - *Campus* Araguaia

Voz da comunidade acadêmica: abandono, autoritarismo e desarticulação
Página 8

Transporte coletivo é uma demora e passa sempre superlotado
Página 9

Administração impede capacitação docente, viola lei federal e ignora Consepe
Página 10

2º semestre de 2013: uma PAUTA mais do que URGENTE

Recentemente, de 31/08 a 1º/09, os professores Alexandre P. Machado e Tomás Boaventura estiveram presentes na reunião do Setor das Federais realizada na sede do ANDES-SN/BSB, após último CONAD/Stª Maria/RS.
Página 11

Luta contra os venenos agrícolas

Uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente
Página 12

Editorial

“Quem não pode com formiga não atiça formigueiro...”

Com esse dístico, trabalhadores em educação do estado de Mato Grosso enfrentaram o autoritarismo, a inépcia dos governantes e o descaso para com a educação. Muitos deles foram nossos alunos aqui na Universidade da Selva. Pelo que tudo indica, contudo, não foi aqui que aprenderam.

O processo de esbulhamento da Universidade Pública, arquitetado pelo governo (?) federal segue firme e célere. O braço forte aqui da UFMT obedece e implementa o roteiro à risca, com requintes de arbitrariedade. Perseguição ao movimento discente, proibições, intervenções, sucateamento e entrega da nossa universidade à iniciativa privada.

O abandono do *campus* Sinop se repete e amplia-se no *campus* Araguaia, direitos dos trabalhadores são repisados, ultrajados e a estrutura administrativa que fomenta a desmobilização e isolamento dos trabalhadores, forjada no seio do REUNI, parece estar funcionando.

Não se trata, como apontam nossos companheiros mais experientes, de uma luta nova. A UFMT nunca foi socialmente referenciada e a luta do movimento docente é primeva nestas paragens. Enfim, estão cutucando o formigueiro.

Nossos alunos voltam a ensinar-nos que o formigueiro unido é mais forte que o tamanduá!

DCE denuncia perseguição política na UFMT

Desde que entrou na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Raysa Moraes, 22 anos, envolveu-se no movimento estudantil, o que a levou à coordenação do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Nesse papel militante, tem estado, junto com outros colegas, em destaque, dando entrevista à imprensa sobre as mazelas na universidade pública, evocando a democracia e reivindicando direitos dos universitários. Agora, o nome dela e de outro universitário, Maurício Marinho, constam em processo disciplinar, movido pela reitoria, como responsáveis pela realização da festa estudantil dentro da UFMT, chamada Clandestina. A festa estava proibida de ser realizada no espaço institucional. O que seria do movimento estudantil sem estes enfrentamentos típicos da juventude? Em carta à sociedade, o DCE sai publicamente em defesa dos estudantes, ambos membros do Diretório, denunciando perseguição política. Inclusive porque não foram só eles que realizaram as três edições da festa, então, não podem ser tratados como bodes expiatórios.

Os alunos correm o risco de expulsão.

“Não é nada bom nem fácil lidar com essa perseguição. Já tenho informação que meu nome está em outro processo, junto com mais oito alunos. Não tem por que me questionar como estudante, faço um curso pelo qual sou apaixonada (Serviço Social), tenho boas notas”, destaca Raysa.

Maurício também está muito preocupado porque já está quase se formando em Biologia. Uma expulsão seria interromper o sonho da formatura.

Mais de 40 entidades assinam a carta em apoio à estudantada.

Leia a carta na íntegra.

Carta de repúdio à perseguição política cometida pela reitoria da UFMT

O Diretório Central dos Estudantes da UFMT – Cuiabá - vem a público denunciar as atrocidades políticas cometidas pela reitora Maria Lúcia Cavalli Neder. Como se já não bastassem as más condições de estudo e permanência estudantil, seus ataques tornaram-se ainda mais intensos. Agora, ela persegue os estudantes que reivindicam seus direitos. Os coordenadores do DCE, Raysa Morais (estudante de Serviço Social) e Maurício Marinho (estudante de Biologia), estão sofrendo um processo administrativo (temos informações de um novo processo, onde 8 membros da gestão do DCE serão intimados, incluindo os já processados), por meio do qual a reitoria quer expulsá-los sem a menor espécie de defesa. O movimento estudantil da UFMT, organizado pela sua entidade representativa, protagonizou diversas lutas contra as políticas que sucateiam a universidade pública.

No mês de março de 2013, os estudantes construíram uma das maiores mobilizações da história da UFMT, onde mais de 10 estudantes foram feridos e presos pela Rotam a mando da reitora. Com o ocorrido, os estudantes perderam a paciência. Milhares foram às ruas e ocuparam por duas semanas a reitoria. Vários direitos foram conquistados durante essa mobilização, no que tange à assistência estudantil, como permanência do RU público refeições a R$1,00, construções de novas casas. Logo depois desse intenso momento de lutas, o ME (Movimento Estudantil) passou a sofrer fortes perseguições.

Uma das medidas da reitoria foi restringir toda e qualquer atividade de integração social dentro do *campus*. Essa foi a maneira que a Maria Lúcia encontrou para retirar a autonomia financeira (e a política) das entidades representativas.

Em repúdio ao posicionamento unilateral da reitora, os estudantes organizaram a Festa Clandestina, ação coletiva que reivindicava a livre organização estudantil, independente e autônoma financeiramente. Assim, os estudantes de forma geral puderam arrecadar fundos para suas formaturas e para que os Centros Acadêmicos (CAs) e DCE pudessem - a partir do instrumento de interação - conseguir as condições para tocar suas atividades, conforme o princípio de que quem paga a banda escolhe a música.

A reitoria percebeu que a vontade de toda a comunidade acadêmica confronta seus interesses. De maneira autoritária, iniciou pelas vias burocráticas da universidade, a acusação de depredação do patrimônio público aos coordenadores do DCE, Raysa e Maurício, que ocupam a posição de infratores. Em nenhum momento, esses coordenadores ou outro estudante depredou qualquer patrimônio!

A perseguição política é prática conhecida! Durante a ditadura militar, tal prática era comum, servindo para manutenção da ordem do governo totalitário. Mesmo com 28 anos de pseudemocracia, os movimentos sociais têm sofrido fortes ataques ao seu processo organizativo, pelas prefeituras, governos, reitorias, Estado e patrões. No ano de 2011, os estudantes da USP ocuparam a reitoria exigindo democracia interna, onde foram presos e posteriormente 72 foram expulsos. Vários trabalhadores organizados ou não em seus sindicatos também são alvos de ataques constantes, seguidos de demissões. Há um mês, um professor do Mato Grosso do Sul foi agredido pela prefeitura de sua cidade. Recentemente, na UEM, estudantes foram espancados, presos e perseguidos.

É inadmissível a reitoria da UFMT não respeitar a pluralidade de ideias que existe no ambiente universitário. A inflexibilidade é mais constante para aqueles que reivindicam direitos, que são contrários ao desmonte da universidade pública e lutam pela democracia interna, contra o autoritarismo da reitoria.

O Diretório Central dos Estudantes repudia veementemente a truculência com que a reitora Maria Lúcia Cavalli Neder age perseguindo estudantes. Não deixaremos que algum militante do ME seja penalizado por exercer direitos que foram conquistados e assegurados constitucionalmente, estudo e liberdade de organização política.

Reafirmamos nosso compromisso de independência e luta, continuando firmes, organizados e fortes em nossa trincheira e defendendo trabalhadores e estudantes.

QUEM NÃO PODE COM A FORMIGA
NÃO ASSANHA O FORMIGUEIRO!

jornal da DUFMAT expediente

ADUFMAT
Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso
ADUFMAT-SSind. do ANDES-SN

DIRETORIA
Presidente: Carlos Roberto Sanches
Vice-Presidente: Odilzon das Neves Grauz
Diretora-Tesoureira: Maria Luzinete Vanzeler
Diretor-Secretário: Robson Felipe Viegas da Silva
Diretora de Assuntos de Aposentadoria: Iva Ferreira Gonçalves
Conselho Fiscal: Juliana Ghisolfi, Sirlei Silveira, Sinthia Cristina Batista
Representante em Sinop: Gerdine Sanson

Tiragem: 1,8 mil exemplares
Jornalistas: Keka Werneck (DRT-MT 610), Mariana Freitas (DRT-MT 1701), Elienai Correa dos Santos (DRT-MT 0001835)
Errata: a jornalista Elienai foi responsável pela reportagem especial sobre o *campus* Sinop na edição anterior.

O conteúdo dos artigos assinados é de responsabilidade dos autores e não corresponde, necessariamente, à opinião da diretoria da ADUFMAT-SSind.

Fotos: Keka Werneck, Mariana Freitas, e Renata Maffezoli (ANDES-SN)
Revisão: Ateliê do Texto

Endereço: Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367
Bairro Boa Esperança - Campus da UFMT
78060-900 Cuiabá-MT
Fone-fax: (65) 3661-4290 ou (65) 3615-8293
www.adufmat.org.br
contato@adufmat.org.br
comunicacao@adufmat.org.br

Reitoria avança com projeto de terceirização do RU da UFMT em Cuiabá

A reitoria da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) deu, em total silêncio, mais um passo largo em direção à privatização do Restaurante Universitário (RU). Abriu um novo processo de licitação para mais uma empresa terceirizada gerir o restaurante.

A empresa vencedora já estaria iniciando a gestão. Mas isso não foi devidamente discutido e divulgado, como denunciam em comum acordo os três segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, técnico-administrativos e professores.

Dos 78 funcionários do RU, a maioria (60) já é terceirizada, conforme dados oficias. Dos outros 18, que são concursados, a maioria se aposenta entre este ano e o próximo. Ou seja, a tendência é pelo esvaziamento dos efetivos, ampliando, cada vez mais, o quadro de contratados.

De imediato, com a assinatura do contrato 19/2013 para prestação de serviço especializado em mão de obra, houve muita pressão para que os concursados fossem remanejados. Mediante a nova licitação, foi preciso intervenção política do Sindicado dos Trabalhadores em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso (Sintuf) junto à reitoria para manter os efetivos no cargo, como explica a presidente, Léia de Souza Oliveira. "Fomos à reitoria dizer que não íamos aceitar isso".

A servidora do RU Eunice Rodrigues da Silva estaria entre os "expulsos". Desde 1979, é lá que ela trabalha. Foram 34 anos dedicados ao restaurante. "Acompanhei o crescimento da universidade e servi muitas pessoas que hoje são importantes na sociedade", relata. Ela não quer atuar em outro departamento da UFMT. "Tenho uma vida no RU, agora, eu só quero me aposentar aqui".

Foto: Daniel Dino/Sintuf

Eunice, 34 anos dedicados a servir

O Sintuf se posiciona contra qualquer forma de terceirização direta ou indireta do trabalho na UFMT. "Somos contra a substituição de trabalhadores estatutários por celetistas, isso não resolve a vida do trabalhador nem da Universidade", contesta Léia.

Segundo Léia, a intervenção do Sintuf agora será no sentido de exigir, junto ao Conselho Universitário (Consuni), a publicização dos valores pagos às empresas terceirizadas, para que a comunidade acadêmica avalie se fica mais caro ou mais barato essa via de gestão. "Suspeitamos que fica muito mais caro, não faz sentido manter isso".

De fato não faz mesmo sentido algum, na opinião do diretor-secretário da ADUFMAT, Robson Felipe Viegas da Silva. A ADUFMAT também se posiciona historicamente contra terceirizações e privatizações. O diretor denuncia ainda que a privatização do RU está sendo feita aos poucos e na surdina. "Durante o recesso, com a Universidade esvaziada, os servidores são deslocados, sem consulta, sem discussão". Ele questiona métodos antidemocráticos da administração atual.

Para ele, o RU é muito importante porque faz parte da política de permanência dos alunos na instituição. "Eles colocam os alunos para dentro através do Enem e políticas de cotas, por exemplo, então têm de dar condições para que eles continuem fazendo o curso".

"Há uma necessidade em se investir na permanência dos estudantes. Caso contrário, como consequência, o que ocorre é o esvaziamento da instituição, inclusive das salas de aula", alerta o presidente da ADUFMAT, Carlos Roberto Sanches.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) faz outro alerta. "O preço que garantimos, hoje, da refeição (R$1,00 para alunos e R$2,00 para servidores) é fruto de muita luta. A qualidade da comida também. Segurar preço e qualidade junto à empresa privada é muito difícil", observa Raysa Morais, coordenadora do DCE-*campus* Cuiabá.

Ela também destaca que o processo de terceirização do RU está "nebuloso para nós". Raysa ressalta, ainda, que isso nunca foi uma reivindicação da comunidade acadêmica, e sim, sempre, uma imposição da reitoria.

A UFMT passou a contratar empresa especializada na prestação de serviço de mão de obra para o RU em abril de 2007.

Além do contrato 19/2013, ainda conforme dados oficiais, está em vigor também o contrato 45/2012, para prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação.

A pró-reitora Administrativa, Valéria Calmon, nega que haja um plano de privatização do RU.

Perguntada sobre o porquê das terceirizações, argumenta que "não se trata de opção, e sim de adequação do modelo de gestão decorrente da extinção dos cargos (cozinheiro, copeiro, açougueiro, auxiliar de cozinha etc)."

Foto: Daniel Dino/Sintuf

Alimentação tem relação com permanência dos alunos, destaca Sanches

Centro-Oeste: Curso de Formação Sindical Será em Goiânia

Já está confirmada a cidade em que será realizada a etapa regional do Curso de Formação Sindical do ANDES-SN. Goiânia (GO) receberá o curso em data ainda a confirmar, mas a previsão é que, em outubro os professores de Mato Grosso se juntem aos demais profissionais do Centro-Oeste para aprender e debater sobre a organização sindical, a história do Movimento Docente e as perspectivas de associação. O curso é aberto a qualquer docente interessado, com prioridade de vagas para sindicalizados.

O objetivo é possibilitar, dentro dos limites da atividade, que os participantes se apropriem e desenvolvam compreensão histórica sobre a opção pelo modelo de sindicato nacional adotado pelo ANDES-SN, como parte dos movimentos de enfrentamento ao sindicalismo oficial e de reorganização da classe trabalhadora, desde a origem da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior até os desafios organizativos atuais.

Apresentado como demanda aos delegados do 58º Congresso Nacional de Associações Docentes (Conad), realizado em julho deste ano, em Santa Maria (RS), o curso é uma decisão coletiva de promoção de cinco edições de um espaço de formação e qualificação da militância docente. Haverá uma edição em cada região do país. A primeira foi a da região Sudeste, realizada na Universidade Federal Fluminense (UFF), em agosto.

Na ocasião, o 1º vice-presidente da regional Nordeste 2, Josevaldo Cunha, considerou a iniciativa como um dos reflexos da grande greve nacional do ano passado. "Houve um acréscimo quantitativo e qualitativo da participação dos docentes nas pautas", disse o professor, que também é um dos coordenadores do Grupo de Trabalho de Formação Sindical. Esse acréscimo pôde ser sentido também no 32º Congresso do ANDES-SN, realizado na UFRJ, no início deste ano. Foi o maior da história da categoria.

Neste momento, estes novos professores que se aproximaram do Movimento Docentes por causa da greve, ou mesmo os mais experientes que se reaproximaram pelo mesmo motivo, buscam qualificar sua atuação junto a suas Associações Docentes e conhecer a fundo as pautas de reivindicação histórica da categoria.

Próximo passo: Encontro Intersetorial

O VII Encontro Intersetorial será realizado após o término dos cinco cursos e abordará as demandas e os desafios do ANDES-SN, com a participação das Seções Sindicais, atendendo aos três setores – Estaduais, Federais e Particulares. Diferente dos Congressos e Conads do ANDES-SN, o Encontro Intersetorial não tem caráter deliberativo, mas constitui importante espaço de debates temáticos e organizativos do movimento docente a fim de articular ações e atividades do Sindicato Nacional para o próximo período. Pode, também, elaborar propostas de encaminhamentos de acordo com as políticas já definidas em Congressos e Conad. Os participantes são indicados pelas Seções Sindicais, sem limites de representação.

HUJM

Do sucateamento à privatização

Sem muitas condições estruturais, hospital sobrevive em meio à falta de recursos humanos e a caminho da privatização

"A gente não quer só comida: a gente quer ensino de qualidade socialmente referenciada, hospitais adequados, valorização dos profissionais da saúde pública e atendimento eficaz para a população". Essa paráfrase da música "Comida", interpretada pelos Titãs, expressa exatamente os anseios de uma categoria que luta por reconhecimento e de um povo carente das mais diversas áreas do serviço público, sobretudo a educação e a saúde.O hospital é universitário, o nome, Júlio Muller, órgão vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e o público, ou melhor as vítimas, ninguém mais, ninguém menos que os docentes, formadores de profissionais da saúde, e os acadêmicos, em cujas mãos o futuro do atendimento à população, os supliciados, o gigante nos braços de Morfeu...

O Hospital Universitário Júlio Muller (HUJM), criado pela Resolução CD 94/1983, iniciou suas atividades no ano seguinte, 1984, com o objetivo de aprimorar a ação docente e proporcionar conhecimento aos estudantes de diversas áreas da saúde, sem deixar, é claro, de atender a população. Os anos se passaram e muitas mudanças foram feitas no hospital, tanto estruturais quanto na sua característica principal: garantir o ensino gratuito e o atendimento público de qualidade. Mudanças nem todas positivas que colocam o HUJM como alvo de grandes críticas, tanto por parte dos docentes como por parte dos universitários.

"O que o hospital precisa é ter uma gestão adequada para que seja administrado corretamente. O Júlio Muller foi implantado de maneira improvisada e aos poucos foi ganhando estrutura, mas ainda não é o suficiente para atender os universitários e também a população. Às vezes, ficamos atrelados às pequenas coisas, o que dificulta o nosso dia a dia, uma delas é a necessidade de termos mais materiais de apoio estocados e, assim, não esperar acabar para fazer a compra. Sabemos que há uma burocracia e tudo leva tempo, mas esses pequenos detalhes atrasam os procedimentos e dificultam a prática de ensino. Agora até que melhorou, os exames estão sendo feitos em tempo hábil, foram adquiridos novos equipamentos, enfim, ocorreram avanços consideráveis em um prazo de 1 a 2 anos, mas ainda temos muito que melhorar", desabafa o professor de medicina e chefe do departamento de Clínica Cirúrgica do HUJM, Márcio Canavarros Serra.

Para a aluna do 5º ano de medicina, Hyanne Abreu, os universitários encontram algumas dificuldades para executar a prática acadêmica no hospital. "Falta material básico mesmo, tipo gazes, essas coisas. Também faltam professores e medicamentos. A maioria dos computadores não presta, os que funcionam são muito lentos, muito antigos. Além disso, os exames demoram muito para serem entregues", desabafa.

Outra falha que o professor Canavarros aponta é a falta de plantões no corpo administrativo nos períodos noturnos, feriados e finais de semana. Ele exemplifica com a possibilidade da falta de água e energia, que pode ocorrer nesses períodos e que não podem ser solucionados pela falta de plantonistas administrativos. "Esse caso é gravíssimo! Como pode um hospital ficar sem água? Corremos o risco de infecção hospitalar e outros danos tanto aos professores como aos pacientes", argumenta.

Em entrevista, o diretor superintendente do HUJM, Elias Nogueira Peres, negou a afirmação do professor e garantiu que os plantões ocorrem sim no hospital, mas com um número reduzido. Outra questão levantada pelos docentes de medicina é a desvalorização profissional, que, segundo Peres, é um problema do Governo Federal. "É ele (o governo) quem deveria mexer na restruturação. Nós entendemos que os professores tinham de ter uma remuneração maior, até mesmo para estimular os médicos recém-formados. Deveria haver mais incentivo por parte do Governo, mas ele só tem tido olhos para a Copa e a saúde e educação não são prioridades na sua gestão. Infelizmente, o que temos hoje é um ensino precarizado e uma população desassistida", salienta.

Segundo o diretor, a implantação da empresa tem aprovação da maioria dos docentes. "Todos querem a Ebserh, pois sabem que vai ser o melhor para o hospital. Do jeito que está não tem condições de continuar. Além disso, foi determinado pelo Tribunal de Contas da União que todos os hospitais universitários deveriam aderir ou teríamos de mandar os servidores conveniados da rede municipal embora. Seria o fim do hospital, teríamos de fechar tudo. Só temos receio de perder a autonomia, mas é um risco que teremos de correr. Além disso, se a administração da empresa não estiver funcionando como acordado, a reitoria tem todo o poder de rescindir o contrato e cancelar o serviço", garantiu.

Quanto à implantação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, o professor Canavarros diz que a expectativa é muito boa. Segundo Canavarros, o gerenciamento da empresa estatal no hospital escola "é uma esperança de que a mudança seja positiva". Ele pontua certas restrições por parte de alguns docentes, já que a Ebserh é quem terá o controle administrativo sobre os funcionários.

A gestante Daniela Faiella faz acompanhamento no HJM desde o início da gravidez. Ela elogia o atendimento dos médicos e também aprova a iniciativa da gestão privada. "Os médicos são atenciosos, eu não tenho do que me queixar. O que a gente vê de ruim são os equipamentos que são muito antigos, além da estrutura física, que deveria ser melhor. Sobre a Ebserh, por um lado, eu acredito que pode ser boa, pois os médicos serão contratados como funcionários comuns, então terão obrigação de fazer um bom atendimento ou poderão ser mandados embora. O que a gente vê hoje em dia são servidores que atendem com má vontade, só porque são concursados e têm o emprego garantido".

Na opinião do presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Mato Grosso - Adufmat-SSind, Carlos Roberto Sanches, a alternativa criada pelo Governo não é a solução, é mais um retrato explícito da desvalorização da categoria. "Por que pagar mais para um médico de uma empresa privada e não pagar bem os professores que estão na administração pública?" questiona.

Atualmente, um professor mestre na Universidade tem o salário base de R$4 mil para trabalhar 40h semanais. Os novos médicos contratados pela Ebserh ganharão R$6 mil para trabalhar a metade da carga horária, ou seja, 20h semanais. Com a implantação da Ebserh, o número de médicos aumentará, juntamente com o número de vagas para medicina, que, neste segundo semestre, dobrou de 40 para 80 devido ao Plano de Expansão da Rede criado pelo Governo Federal (Reuni), no entanto não há previsão de reajuste salarial dos servidores federais e de concurso público.

Além da baixa remuneração, os docentes têm trabalhado com atividades dobradas em função da falta de recursos humanos e sem estrutura adequada para as especialidades. Questionado sobre a obra do Centro de Nefrologia, que trata das doenças renais e está parada há 4 anos, o diretor do HUJM disse que tentou de todas as maneiras recorrer aos poderes públicos para que haja o retorno da obra, "e até agora a única resposta que se tem é de que o Governo está sem verba".

De acordo o presidente da Adufmat, o Centro de Nefrologia não é a única especialidade que não está em funcionamento, outra área bastante prejudicada é a de oftalmologia, que, segundo ele, praticamente não é implantada, realiza poucos procedimentos e não tem equipamentos necessários. Além disso, Sanches aponta a falta do Pronto Atendimento adulto. "O Júlio Muller é o único hospital público de Cuiabá e a falta do PA adulto e do Centro de

Nefrolofogia são muito graves. Há muitas pessoas de outros municípios que precisam desses atendimentos", ressalta.

Para Saches, a falta de especialidades prejudica não só na formação dos médicos, mas também a população. "Os pacientes vão para onde, se não há um espaço público que atenda suas necessidades? Não podemos esquecer que o Júlio Muller é um hospital escola e que, no processo de formação, é fundamental que os alunos tenham participação nas mais diferentes especialidades da área médica", aponta.

De acordo com o contrato entre a UFMT e a Ebserh, a contratação dos médicos pela Ebserh não irá influenciar no ensino, eles serão preceptores e auxiliarão na docência. O documento garante ainda que esses médicos estarão aptos para ensinar e acompanhar os alunos na aprendizagem, além de tirar a sobrecarga dos professores, amenizando as funções dos docentes, que hoje encontram-se acumuladas.

Recursos Humanos e Serviços - De acordo com a diretoria administrativa do HUJM, há 454 técnicos, 114 docentes, 101 residentes e 110 alunos em graduação que compõem o quadro de funcionários para atender a população. Além disso são realizados mais de 3 mil atendimentos por mês, desde consultas até cirurgias. Entre os serviços oferecidos à população estão o programa de triagem de neonatal, ambulatórios de infectologia, reumatologia, oncologia e ginecológica, oftalmologia, urologia, dermatologia, internações, diagnóstico por exames laboratoriais e imagens, serviço social, entre outros. Sem Pronto Atendimento no hospital, os universitários executam a prática acadêmica do setor no Pronto Socorro Municipal de Cuiabá.

Ebserh - A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares foi criada pelo Governo Federal por meio da Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011. É uma empresa estatal de direito privado, com regime de trabalho celetista, vinculada ao Ministério da Educação e o órgão responsável pela gestão do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), criado em 2010, por meio do Decreto nº 7.082, de 27 de janeiro.

Dados da Ebserh mostram que, dos 47 hospitais universitários vinculados a 33 universidades de todo o país,19 aderiram à contratação da empresa e estão em processo de concurso público. Até agora, 5 (cinco) HUs já estão sob a administração da Ebserh, são os das seguintes universidades: Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) deve ser administrada pela Ebserh no início de 2014.

Vale ressaltar que a adesão da Ebserh na UFMT foi aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni) em setembro de 2012, com 7 abstenções, ou seja, evidencia-se que a decisão foi tomada sem a devida discussão, nos moldes do "rolo compressor" que vem sendo a marca da Administração Superior. A categoria docente, por meio do seu órgão representativo, Adufmat, não concorda com o tipo de imposição da reitoria, que vem há tempos tomando decisões sem maiores discussões com a categoria e agindo contra os princípios democráticos da comunidade acadêmica.

Protestos contra a Ebserh mobilizam o país

No Dia Nacional de Lutas, ocorrido em 30 de agosto deste ano, os trabalhadores técnico-administrativos da UFMT protestaram nas guaritas da universidade. Além de melhores salários, reivindicam atualização do índice da inflação das parcelas do acordo firmado com o governo federal e 10% do PIB para a educação, entre outros, eles pediram a revogação da Lei 12.550/2011 que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), contrariando a decisão da 14ª Conferência Nacional da Saúde que se posicionou contra a mesma.

O processo de adesão à Ebserh pelas universidades do país, inclusive a UFMT, tem causado grande repercussão nos estados brasileiros. O Plebiscito Nacional sobre a Empresa em que mais de 60 mil pessoas se posicionaram contrárias à Ebserh – em um total de aproximadamente 63 mil votos –-, os servidores e trabalhadores dos hospitais, a comunidade acadêmica, a população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS) e as entidades contrárias à privatização da saúde têm se mobilizado em manifestações realizadas em todo país.

Segundo levantamento recente feito pela Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, 17 universidades aderiram à Ebserh. No entanto os números não coincidem com o da Empresa, que afirma que, ao todo, 19 universidades já fizeram a adesão. De acordo com dados da Frente, das 33 universidades que têm hospitais universitários, 5 já assinaram contrato com a Ebserh.

Há denúncias ainda de que algumas universidades aderiram à Ebserh sem aprovação do Conselho Universitário. Segundo dados da Frente, das 17 que fizeram a adesão, 12 foram aprovadas pelo Conselho – Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal do Piauí (UFPI), Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidades Federal de Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em 2012 e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB) em 2013.

Mesmo com "reajuste", docentes das IFES já amargam perdas salariais, aponta estudo

O salário de boa parcela dos docentes das Instituições Federais de Ensino já apresenta defasagem em julho deste ano, segundo levantamento feito pela subseção do Dieese no ANDES-SN. Nas tentativas de negociação com o governo federal, durante a greve histórica de 2012, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN já apontava, em projeções feitas com base na expectativa de inflação para este ano, que a proposta de reajuste apresentada pelo governo não recomporia as perdas salariais - amargadas desde 2010 - e, muito menos, garantiria ganho real na remuneração da categoria.

A pesquisa apresenta o cálculo da evolução salarial dos professores da Carreira do Magistério Superior entre 1 de julho de 2010, quando entrou em vigor a última parcela do reajuste previsto na Lei 11.784/2008, e 31 de julho de 2013. Os resultados são equivalentes para a Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Ebtt).

A projeção do estudo vai até 31 de dezembro de 2014, com base na média mensal da inflação registrada entre julho de 2010 e julho de 2013. A próxima alteração na tabela remuneratória está prevista para março de 2014. Logo, os valores seguirão sofrendo corrosão inflacionária.

O levantamento compara o reajuste no período em contrapartida com a inflação acumulada, tanto com base no índice do ICV-Dieese quanto do IPCA-IBGE, apurando se houve ganho ou perda salarial.

Entre 1 de julho de 2010 e 31 de julho de 2013, quase todos os docentes localizados nos níveis Adjunto e Assistente, que concentram maior parte da categoria, observaram perdas salariais, independente de nível, titulação e regime de trabalho.

No caso daqueles com doutorado, independente do regime de 20 horas, 40 horas ou dedicação exclusiva, todos dos docentes já amargam perdas salariais, que variam entre 1,59% (associado nível 4, 40h) e 3,64% (adjunto nível 4, 40h), de acordo com o índice de inflação do ICV-Dieese.

Na projeção até o final de 2014, o quadro só aprofunda as perdas salariais dos professores. Analisando a mesma titulação, as perdas chegam a 7,41% para os adjuntos, nível 3, em regime de 40 horas. De todos os docentes com doutorado, apenas aqueles que são titulares em dedicação exclusiva terão ganho real de 1,95%. Todos os demais níveis e regimes deveriam ter os salários corrigidos, no mínimo, entre 1,01% e 8% para não chegar em dezembreo de 2014 com a remuneração defasada, com base nas projeções do índice do ICV-Dieese.

Fontes: ANDES-SN

Universidade ontem e hoje

Com a palavra, os docentes aposentados!

UFMT nunca foi socialmente referenciada

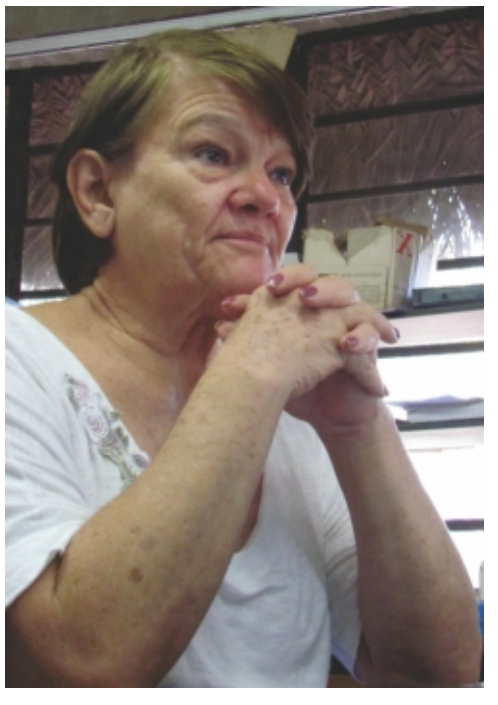
Reunião foi muito interessante e mostrou que pode virar uma iniciativa constante

Entre detalhes de histórias de vidas e análises políticas, docentes da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), hoje aposentados, foram à origem militar da instituição, para tentar entender um pouco mais sobre esse *locus* de tremendas contradições. Em um bate-papo realizado na sala de reunião da ADUFMAT, dia 26 de agosto, à tarde, foi ficando claro que o elo entre a UFMT de ontem e hoje é o projeto militar e o neoliberal. Nestes contextos políticos, nasceu e cresceu uma escola superior que tem um papel político fundamental à sociedade mato-grossense, quer queira ou não, quer se omita ou reaja, quer atue em favor de um ou de outros.

A UFMT se insere na história recente do Brasil e de Mato Grosso, de 1970 – data de fundação da instituição – até 2013.

A conversa entre os aposentados não ficou em saudosismos. A intenção não era nostálgica, de lembrar o que se passou. O que há, através dessa proposta, é o interesse de reconhecer a origem dos problemas registrados hoje na instituição e verificar de onde eles vêm, e quem melhor para apontar isso do que quem viveu e vive essa universidade de uma forma mais próxima ou mais distante?

Estrutura, filosofia, carreira. Quais os pontos centrais de reflexão?



Professora Célia: professores foram cassados pelos militares

O que se sabe é que a universidade está passando por uma transformação rápida, principalmente com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), com o Decreto 6.096 de 24 de abril de 2007. Para os docentes críticos a este modelo expansionista, são seis anos de desmonte da lógica ensino-pesquisa-extensão, aprofundamento da precarização do ensino e reducionismo intelectual.

Para a professora Célia Alves Borges, aposentada da Geografia, é difícil saber, com fidedignidade, o que mudou em sala de aula. “Porque não estamos mais lá”. “Coisa que é até bom”, conforme ela diz, porque, quando se aposentou, já se sentia esgotada. Motivo, segundo ela: muitas horas de aula, muitas tarefas e responsabilidades e alunos avessos à disciplina.

O professor Expedido Sabino da Silva, aposentado da Educação Física, se ressente-se da mesma forma. “Alunos falando o que quiserem, na hora que queriam, usando qualquer roupa. Aluno não tinha horário para chegar e sair. Aposentei na hora certa. Encerro a carreira agora, não quero mais", disse. .

A comunidade universitária viveu a libertação de valores conservadores, que se manifestaram nas décadas de 1960, 1970 e 1980, através, por exemplo, da contracultura, o que também denomina o período de anos rebeldes.

Foi nessa época que chegaram à instituição boa parte dos professores de fora de Mato Grosso.

A professora Miriam, da Biologia, chegou aqui em 1972, ano em que a UFMT começou a funcionar de fato. “Quando eu vim, tinha vassoura nos ônibus, que se chamavam baleia, porque as malas ficavam cheias de poeira e, se não passasse a vassoura nelas, não dava para reconhecê-las”.

O professor Carlos Roberto Sanches, que é de São Paulo, destaca que muitos não se adaptaram e tinham até aversão a certos elementos da cultura local. “Uma vez queria fazer uma cabeça de vaca na ADUFMAT, mas as pessoas fugiam até do nome da comida”. Sanches, que é aposentado da Matemática, reforça que a inspiração de criação dessas universidades, como a UFMT, no sistema fundacional, foi militar. “A colocação dessa universidade aqui em Cuiabá – o que era uma coisa impensável anteriormente - tem tudo que ver com o projeto desenvolvimentista da Ditadura Militar e a ocupação da Amazônia. A UFMT era ponto de referência para realizar isso”.

Sanches destaca que nem todos os docentes – claro! – tinham concordância com o projeto militar e nem bem sabiam com clareza do que se tratava. Mas muitos concordavam com o projeto militar mesmo, tendência que perdura até hoje, na opinião dele. “Ainda tem saudosista na UFMT, aposentados ou não”.

Contudo, ainda na opinião de Sanches, a UFMT não defendeu, em conjunto, o regime militar. “Ao contrário, o sentimento foi de reação contrária”, lembra.

Muitos docentes vieram, inclusive, para Mato Grosso fugidos dos grandes centros por problemas políticos.

A professora Célia destaca que militares frequentavam as aulas para identificar quem falava mal do Governo a serviço do Serviço Nacional de Informação (SNI). "E houve cassação de colegas!".

Ao menos três docentes da UFMT foram cassados nessa época. A própria instituição, mais tarde, reconheceu a demissão política deles, através de um processo instaurado em 1987.

Um dos cassados foi o professor Waldir Bertúlio, aposentado da Saúde Coletiva. Os outros foram os professores Ivan, da Geologia, e Iraci, de Letras. E teve também o professor Felintinho.

Os aposentados lamentam que não exista aqui na ADUFMAT uma comissão da verdade para remexer esse fundo de baú trágico.

A professora Miriam destacou que viu acontecer demissões por motivos mais absurdos. "Uma professora foi demitida por mau comportamento, era muito namoradeira. No fundo, acho que eles usaram isso para encobrir outras coisas".

Sanches lembra que havia agentes infiltrados na casa de algumas delas.

"Os que superaram o regime militar, sobreviveram na instituição porque se contrapunham ou aceitaram a absorção possível do projeto militar?"- indaga o presidente da ADUFMAT. Uma pergunta ainda incômoda cuja resposta talvez aponte para o autoritarismo que se reflete ainda hoje nas demais formas de relações dentro da instituição.

A UFMT, na década de 1980, abraçou causas. Os docentes mobilizados mostravam-se inseridos em um contexto político de transformação social. Hoje, o sonho de construir um ensino superior público, de qualidade, gratuito, laico e socialmente referenciado, na visão de Sanches, vai se distanciando a passos largos.

Nunca houve tempos fáceis na UFMT, universidade localizada na periferia do país. Antes, era um livro qualquer necessário que demorava um mês para chegar. Hoje, é a biblioteca ultrapassada, uma internet vagarosa, em dissonância do mundo ágil.

Essa posição de periferia vem sendo reforçada e não é de agora. A professora Miriam lembra da visita da secretária executiva da Secretaria de Ensino Superior (SESU), Eunice Duran, na década de 1980. "Nunca me esqueci desse nome... Ela veio aqui nos pedir para não fazer formação *stricto senso*, para deixar esse papel aos docentes dos centros de excelência do centro-oeste. E nossos colegas aderiram! Ela fez uma reunião no CCBS, me lembro bem...".

É o que pôde avaliar também o professor Tomás Boaventura, que entrou na UFMT em 1982. Veio do Rio de Janeiro e a realidade local não tinha nada que ver com a das universidades cariocas, como a Universidade Federal Fluminense (UFF). No entanto havia algo bom. O salário.

"Era o segundo maior salário de carreira pública em Mato Grosso (o primeiro era o salário da Cemat, então ainda estatal). No entanto, a gente já começava a sentir a crise financeira que rebaixaria, apenas cinco anos depois, o salário da segunda para a décima posição.

A conversa dos aposentados é uma aula aberta.

"A gente devia lembrar e colocar na pauta da reitora que, na primeira eleição dela, foi promessa de campanha trabalhar com os aposentados. Mas eu não vi nenhum trabalhando com ela", reclama Célia.

Professora Iva: o descaso com idosos ocorre também dentro da Universidade

"É, a omissão com os idosos é uma questão séria aqui dentro (da UFMT)", reforça a professora Iva Ferreira Gonçalves, aposentada do Serviço Social e diretora de Assuntos de Aposentadoria da ADUFMAT.

Os aposentados também destacam que não têm um apoio mais sólido depois de dedicarem a vida à instituição. Muitos adoecem, principalmente com problemas de visão e voz, além do estresse causado pelo tradicional acúmulo de funções.

Pior é que, conforme o professor Koiti Anzai, aposentado da Educação Física, esse esforço todo talvez não tenha sido direcionado para a sociedade de forma correta. Para ele, a UFMT nunca foi socialmente referenciada. Ou esteve a serviço do Estado militar ou a serviço do Estado neoliberal e sempre a serviço do capitalismo.

Professor Koiti: estamos atuando a serviço de quem?

"O objetivo sempre foi implantar aqui um currículo tecnicista, fragmentado e com todo o ensino focado no professor, alunos em fileira, professor é que lia o livro, o professor é que fazia a síntese verbal e na época começou com *slides*, retroprojetor e data show, todo material é estrangeiro, até hoje... e formar profissionais para as indústrias multinacionais. Um ensino para tornar o aluno dependente e não para que fosse capaz de ler alguma coisa, refletir e criar algo novo. As cabeças pensantes foram anuladas. Os expoentes – alunos – são pinçados pelas grandes indústrias e vão embora e isso desde sempre, até hoje", lamenta Koiti.

Ele destaca que a última reforma universitária foi feita em 1968. Depois disso, só adequações. "Mas o que eu quero dizer é: que perfil de profissional estamos formando?

Na década de 1980, refere Koiti, a primeira ministra inglesa Margareth Tacher implantou a política do Estado mínimo. E o que significa isso? "Dentro do liberalismo, cada cidadão deve cuidar por si próprio, da sua educação, saúde, moradia, sem depender do estado. Se não conseguir, você é um incompetente".

No Brasil, essa política chegou para nós mais firme em 1990, com o Fernando Collor (PRN) e a ameaça de privatização das universidades, por exemplo. Essa política se aprofundou com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de 1995 a 2003. E perdurou nos governos subsequentes, Lula e Dilma (PT).

"Nós nos individualizamos nesse neoliberalismo, preocupados com nossos umbigos, e não participamos mais de movimentos sociais, não vamos mais a assembleias da nossa categoria e não vamos mais a protestos nem mais a nada desse tipo. Essa política neoliberal atingiu nossos professores", resume Koiti.

Para ele, "quanto mais mobilização, mais cobrança, mais políticas públicas e mais dinheiro para aplicação no ensino superior público. Quanto menos mobilização, mais restrição de políticas pública e menos dinheiro".

Koiti lembra que vem de uma universidade (a Universidade de São Paulo – USP) com muita autonomia orçamentária e política. Mas, na visão deles, as fundações já foram criadas com perfil dependente. "Tudo que precisamos temos de ir com pires na mão. Eu ouvi uma vez uma ex-reitora ser cobrada, publicamente, porque tentava se reeleger. Por que a senhora nunca se manifestou contra o governo? E ela respondeu: se eu reclamar, eu vou ter menos ainda. É assim que os governos agem. De cima para baixo, até hoje".

Comissão da Verdade do ANDES-SN se Reúne em Brasília

A comissão da Verdade do ANDES-SN, que teve sua criação aprovada no 32º Congresso do Sindicato Nacional em março deste ano, e sua composição estabelecida no 58º Conad, se reuniu em Brasília para preparar uma proposta apresentada ao Grupo de Trabalho História do Movimento Docente do ANDES-SN (GTHMD). Participaram da reunião representando a Adufmat os professores Robson Felipe Viegas da Silva, Tomás Boaventura e Alexandre Paulo.

A participação e envolvimento das Seções Sindicais neste processo foram considerados fundamentais pela Comissão da Verdade e representantes do GTHMD, presentes na reunião de 30 de agosto, sexta-feira, na sede do ANDES-SN. Desta forma, foram elaboradas algumas questões relacionadas às ações desenvolvidas pelas Seções no que diz respeito ao período da ditadura empresarial-militar (1964-1985), que foram respondidas e encaminhadas até o dia 30 de setembro, de acordo com a circular nº 156/2013, enviada pelo ANDES às seções sindicais e secretarias regionais

A partir das respostas encaminhadas a Comissão da Verdade do ANDES-SN detalhou o plano de trabalho a ser realizado. A Comissão reforça que as contribuições e envolvimento das Seções Sindicais são imprescindíveis para o alcance dos objetivos traçados no 32º Congresso do ANDES-SN.

Composição

A Comissão da Verdade, composta por três membros efetivos e três suplentes – sendo um da diretoria e dois eleitos no 58º Conad – é formada pelos diretores do ANDES-SN Márcio Antônio de Oliveira (titular) e Paulo Cambraia (suplente), e pelos professores Hélvio Mariano (titular), Edson Teixeira (titular), Elídio Alexandre Marques (suplente) e Antônio Lisboa (suplente).

ESPECIAL - *Campus* Araguaia

Voz da comunidade acadêmica: abandono, autoritarismo e desarticulação

A Unidade I do *Campus* Araguaia da UFMT fica na pacata cidade vizinha a Barra do Garças, Pontal do Araguaia, uma comunidade de 5,6 mil habitantes. Trata-se de uma área de 64 hectares, toda arborizada, que, desde 1989, vem recebendo investimentos públicos em edificações para abrigar os cursos da instituição, que foram aumentando. Antes dali, a UFMT em Barra resumia-se a apenas três cursos: Letras, Biologia e Matemática – que compunham o Centro Pedagógico. O *campus* cresceu e chegou aos 16 cursos, porém, novamente só três estão funcionando na Unidade 1. Matemática, Educação Física e Biologia. O restante está sendo deslocado para a Unidade 2, que fica na entrada de Barra, em uma área de 70 hectares. A área, que foi resgatada pela União, já foi de domínio da indústria de uísque Drur´ys, da qual ainda restam algumas estruturas, adaptadas para abrigar a biblioteca, que antes era um silo de milho, e o Restaurante Universitário, que funciona no antigo galpão de produção da bebida. Nesta matéria, professores reclamam que a mudança está sendo feita sem o devido diálogo com a comunidade acadêmica: docentes, técnico-administrativos e estudantes. Reclamam também do abandono da Unidade 1. Reclamam ainda das edificações precárias da Unidade 2. No centro dessa questão, está o que eles consideram uma conduta antidemocrática que perpassa toda a instituição.

Professor Paulo Cézar denuncia falta de planejamento na mudança

O professor Paulo Cezar Venere, doutor em Biologia, leciona na Unidade 1 desde 1991. Ele é um dos que afirmam que "não houve planejamento de mudança".

"O investimento na Unidade 2 foi feito com todo o dinheiro do REUNI, acontece que também tivemos ampliação de vagas nos cursos da Unidade 1. Não acredito que ela vá fechar, até porque seria jogar dinheiro público na latrina", observa. Na visão dele, as edificações na Unidade 1 são bem mais firmes que as do modelo REUNI, "tipo caixote, que precisam de manutenção constante, porque estragam rápido, dão muita rachadura, entupimento de calha e outros problemas".

O professor denuncia também que transporte e alimentação sempre foram problemas na Unidade 1 e, quando chega a hora de poder ver tais dramas resolvidos, todos os olhares se voltam somente para Unidade 2.

Diante dessa situação, é grande a desmotivação de docentes, técnicos e estudantes.

"Há vários detalhes que estão nos incomodando. Por exemplo: pedimos livros para as Ciências Biólogicas que já estão na biblioteca da Unidade 1. Mas eles precisam ficar na biblioteca aqui, então, solicitamos que voltem, não vamos pensar em má intenção de ninguém, mas é falta de planejamento isso", insiste o professor Paulo.

Professora Maryland reclama falta de transparência nas informações

Quando a mudança para a Unidade 2 começou, em 2007, a professora de Botânica e Ecologia Vegetal, Maryland Lacerda, responsável pelo Herbário que fica na Unidade 1, perguntou ao pró-reitor do *Campus* do Araguaia, José Marques Pessoa, o que funcionaria nas duas áreas. "Ele falou, falou e não me respondeu com clareza", lembra Maryland. No Herbário, onde fica um acervo de plantas de referência do cerrado prensadas, o prédio é novo e os equipamentos também.

O laboratório da farmácia também estava novo, mas está fechado, sem uso. Um novo foi construído na Unidade 2.

"Na minha opinião, aqui, deveria ser a fazenda experimental da Universidade em Barra para atender à Agronomia e outros cursos em aulas de campo. Cheguei a dar essa ideia ao pró-reitor, que, informalmente, acha tudo muito interessante, mas não temos nenhuma sinalização do que vai funcionar aqui".

Entre os docentes, há uma divisão de opiniões. A Biologia, por exemplo, está dividida. Na última reunião sobre isso, teve inclusive uma votação. "Mas foi só para criar um clima ruim", lamenta Maryland. "As duas metades estão chateadas entre si e com essa situação".

"Estamos isolados, desarticulados e abandonados, e isso gera uma falta de motivação muito grande. Eu sei meu serviço, entro para dentro da sala e faço, e é o que está todo mundo fazendo, agora aquela movimentação acadêmica, de articular ideias, de fazer movimentações, isso não está acontecendo aqui. Essa cultura universitária é muito importante também para os alunos, que também estão sentindo os reflexos dessa desmobilização", observa a professora, que leciona desde 2002 na UFMT em Barra.

Professor Paulo Ricardo aponta abandono nos detalhes, como lâmpadas queimadas ou de baixos watts

O professor Paulo Ricardo, do curso de Educação Física, garante que o abandono da Unidade 1 é perceptível de várias formas. "Colocaram uma lâmpada de 30 watts na minha sala, para a gente ler e estudar fica difícil. O que a gente pede é coisa mínima, uma lâmpada decente. Outra coisa: olha o barulho do ar condicionado, para quem está em uma sala fechada, não tem como nem conversar com os alunos que oriento. São coisas que parecem bobagem. Não é que não posso ir ali e comprar uma lâmpada, mas são coisas que a instituição tem de prover. Daí podem dizer assim: nossa, reclamando de uma lâmpada, mas a questão é mais ampla".

O protocolo já não funciona mais na Unidade 1.

Alguns estudantes, no entanto, insistem em usar a Unidade 2. É o caso de Jhadson Cézar de Souza, 23 anos, aluno da Geografia. Ele gosta de estudar na Unidade 2, debaixo das árvores, acha que o ambiente é mais agradável, assim como a biblioteca, que, segundo ele, é frequentada por menos alunos. A biblioteca da Unidade 2 é pequena e fechada por grades. Para olhar os exemplares, tem de pegar emprestado. Não pode usá-los lá. Ele reclama também das salas de aula. "As últimas que fizeram não são muito boas, têm eco. A princípio, colocaram uns quadros de giz, aí reivindicamos e trocaram por lousas".

Professora Zilza vê descaso com Pontal do Araguaia

A professora Zilza França da Rocha, que dá aula na Biologia e trabalha com estágio supervisionado, afirma que, "apesar de estarmos um pouco abandonados, se nós batalharmos por melhorias de condições, a gente pode vitalizar a Unidade 2, porque aqui que tem perfil de *campus* universitário". Ela entrou na UFMTT de Barra quando, em 1989, ainda era Centro Pedagógico.

Ficou sabendo que a Unidade 2 foi construída, na entrada de Barra do Garças, para funcionar como cartão postal. Para ela, cartão postal é uma boa qualidade de ensino, uma boa pesquisa e bons projetos de extensão. "Eu vejo essa questão até de uma forma simplista: mudar daqui é inclusive um desrespeito muito grande à acolhida que tivemos no Pontal da Araguaia".

ESPECIAL - *Campus* Araguaia

Transporte coletivo é uma lástima: demora e passa sempre superlotado

Pequizão não dá conta do recado

O transporte coletivo é um problema crônico nas duas unidades do *Campus* Araguaia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) em Barra do Garças. Mas a Administração não faz nada de concreto para resolver isso. Este problema compromete o acesso irrestrito da comunidade acadêmica.

Docentes, técnicos e estudantes dependem de um ônibus amarelo-ouro da instituição, que, justamente por causa da cor, foi apelidado pelos alunos de pequizão. Só que esse carro não dá conta de tantos passageiros. Além disso, ele tem hora para parar de rodar (22h). Ou seja, antes do término das aulas.

Uma van branca, apelidada de arrozinho, deveria dar um apoio ao transporte, mas, conforme o Diretório Central dos Estudantes (DCE), está muito depreciada e vive em manutenção.

A situação na Unidade 1 é pior, porque não conta sequer com transporte público municipal. Na 2 tem, mas é demorado e precário, além de não circular dentro de todos os bairros.

Andar a pé ou de bicicleta só é possível para quem mora nas redondezas das duas unidades. Mas a maioria não tem esse privilégio.

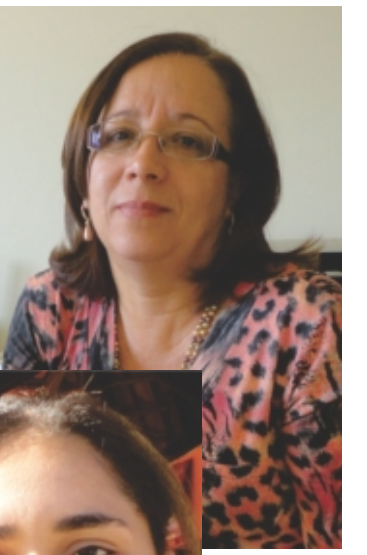
A carona também é prática comum. Boa parte dos motoristas se solidariza.

E é assim que o pessoal vai dando um jeito para ir de casa para a faculdade e vice-versa.

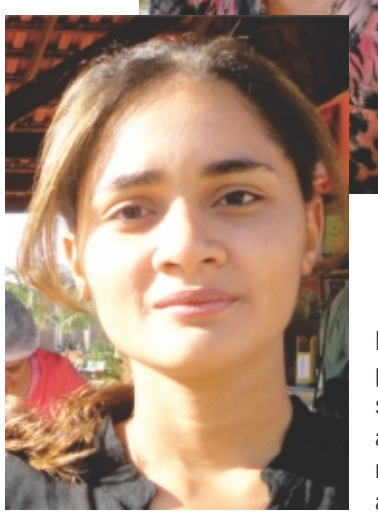
"É complicado. Só este ano entraram mais 600 alunos aqui", reclama a estudante Denise Moraes, que cursa Engenharia de Alimentos. Ela é secretária do DCE. Denise, que estuda na Unidade 2, diz que a tarifa dos ônibus municipais, pelas condições que se apresentam, é cara (R$2,75). Além disso, as linhas só passam de 1 em 1 hora e não vão à maioria dos bairros, só em três.

A universitária Vanessa Caroline, de 22 anos, cursa Biomedicina na Unidade 1. Mas algumas aulas são na Unidade 2. De qualquer forma, sempre passa sufoco. "O pequizão é muito lotado, não tem ventilação. Já aconteceu várias vezes do motorista não me deixar entrar. Alguns motoristas fazem um esforço de apertar todo mundo dentro, porque sabem que não temos outro meio de transporte".

A gerente de Administração do *Campus* Araguaia, Dalva Sabino Nunes, diz que a instituição reconhece que o problema existe e agrava-se pelo fato de ter duas unidades. Ela afirma que há a expectativa de chegada de um novo ônibus, que já está sendo adquirido. O *Campus* Araguaia tem outro carro, além do pequizão, mas é usado para aulas de campo somente. "Consciência do problema todos nós temos. Desde o início, todas as ações relacionadas a transporte a gente envolve o DCE, para a gente chegar a um consenso. Já estivemos em situação bem mais crítica".



Dalva: instituição tem consciência do problema



Denise: para piorar a situação, aumentou número de alunos

Ao invés de resolver questões emergenciais, como a construção de uma biblioteca decente na Unidade 2 do *Campus* Araguaia, pró-reitor José Marques Pessoas ergue um planetário, que ainda não foi inaugurado.

Na comunidade acadêmica, a obra é considerada uma fantasia fora da realidade e alinhada apenas a um misticismo que já virou notícia nacional, com o falecido político Valdon Varjão, que construiu, em Barra, o primeiro Discoporto do país, ou seja, uma área para pouso de naves extraterrestres. O Discoporto foi construído em área próxima à Serra do Roncador, que faz fundos à Unidade 2, em um cenário natural deslumbrante.

Enfermagem reivindica aumento da insalubridade

Docentes da Enfermagem do *campus* da Universidade Federal em Barra do Garças entraram com processo pedindo o aumento de 10% para 20% de insalubridade porque acreditam estar muito expostos a enfermidades nos dois hospitais que funcionam como escola na cidade, que são os prontos-socorros municipais de Barra e Aragarças.

O caso da professora Maraísa Delmut é um exemplo dos riscos. Ela contraiu dois vírus agressivos – citomegalocirus e mono-like – acabou passando muito mal e ficando internada, em estado grave, por 12 dias. "Foram dias e dias sem apetite, emagrecimento rápido, dor no corpo e cabeça", conta a professora, que tem uma filha de 3 anos, mas não pôde ter contato com a menina e outras pessoas nesse período, devido ao isolamento.

A insalubridade para os docentes da Enfermagem em Cuiabá é de 30%.

ESPECIAL - *Campus* Araguaia

Administração impede capacitação docente, viola lei federal e ignora Consepe

Falta uma política institucional que dê suporte aos docentes que saem para pós-graduação

O foco de pesquisa de doutorado do professor Deyvisson Pereira da Costa, do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no *campus* de Barra do Garças, são *blogs* de pacientes que passaram por cirurgias bariátricas. O problema é que, para passar pela fase mais pesada da pesquisa, ele precisa de seis meses de afastamento e não há, no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), quem o substitua nas disciplinas que leciona: Estilo de Linguagem e Projeto Experimental. Todos os professores, assim como Dayvisson, estão por pelo menos 12 horas em sala de aula e sem condições de acumular funções. Depois de adiar um bom tempo o pedido de afastamento, o professor resolveu que não dava mais para esperar e comprometer o nível da qualificação acadêmica, só porque a instituição é omissa e também não demonstra ter uma política de licenciamento, com o devido suporte. A Pró-Reitoria Administrativa (PROAD), mediante o pedido do professor, autorizou o afastamento. Mas com a UFMT impedida de contratar um substituto. Ou seja, o que ele conseguiu é um pseudoafastamento.

"Há uma clara falta de planejamento para apoiar a qualificação docente", reclama o professor, insatisfeito com a postura institucional. "Entendo que os colegas já estão com carga horária apertada, por isso quem teria de garantir isso é a UFMT, contratando substitutos".

O problema maior é que este não é um caso isolado no *campus* de Barra do Garças, pelo contrário, é grande o número de docentes que entraram recentemente na instituição, a maioria com mestrado ou minimamente especialização, mas já a fim de seguir a formação continuada, alegando que isso, além de melhorar o salário, também qualifica o profissional. Este é um importante aspecto da carreira.

Essa situação aponta que a UFMT está violando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBEN):

Art. 67º. Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

(...)

II aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

(...)

O afastamento para participação em pós-graduação está sacramentado na Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, no art. 96-A (Incluído pela Lei nº 11.907, de 2009).

Na UFMT, o afastamento está regulado pela Resolução Consepe Nº 69, de 23 de julho de 2007, que estabelece:

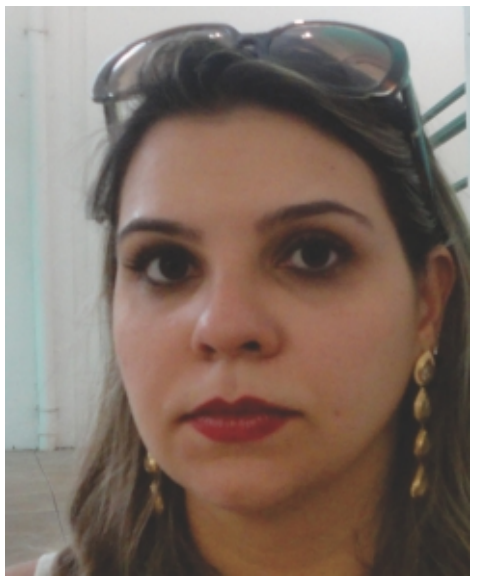
Artigo 2º - Os Institutos e Faculdades, através dos respectivos Departamentos, elaborarão anualmente o seu Plano de Capacitação Docente, demonstrando que sua execução garantirá:

a) Atendimento integral das atividades didáticas, já prevendo os afastamentos existentes e os propostos no Plano;
b) Equilíbrio no aperfeiçoamento dos docentes, evitando que façam as mesmas opções de capacitação e deixem subáreas de conhecimento sem profissionais especificamente qualificados;
c) Prioridade às áreas onde exista necessidade de melhoria, manutenção e criação de curso de Pós-Graduação *stricto sensu* na Instituição;

Professor Maurício: esperando alívio da direção do Instituto para aprofundar-se nos estudos

O professor Maurício Guedes, que, desde 2009, leciona Psicologia em diversos cursos também no *campus* de Barra, está passando pela mesma situação. No Instituto de Ciências Biológicas e de Saúde (ICBS), do qual faz parte, há também pelo menos mais outros cinco. Há dois anos no doutorado, afirma que chegou o momento de qualificação. "Preciso de um afastamento agora e outro na reta final". O doutorado dele é em Parasitologia. O impacto das verminoses na aprendizagem escolar de crianças vitimadas. "Já falei informalmente no Instituto, todos estão sabendo desde o início que preciso sair por um tempo. Tenho três disciplinas novas, 12 horas em sala de aula, o diretor disse que vai me aliviar, mas não sei, só sei que preciso de um tempo e não estou tendo".

O professor Paulo Ricardo, da Educação Física, leciona 12 horas em sala de aula e tem 10 alunos de orientação. Ele também já faz doutorado. "Não senti necessidade ainda de me afastar, mas acredito que na hora que começar a escrever e fazer a discussão realmente será necessário, aliás isso é necessário para qualquer docente que faz doutorado ficar concentrado em sua tese, em sua dissertação, mas já sei que será um problema sair do meu Instituto (de Ciências Biológicas e da Saúde - ICBS). Até porque na Educação Física temos um número reduzido de professores. Todo mundo está dando de 12 horas para cima."



Professora Maraísa: grandes instituições pedem dedicação exclusiva

Na Enfermagem, quem sofre com isso é a professora Maraísa Delmut. Ela afirma que para fazer mestrado foi o mesmo drama. Maraísa estuda feridas humanas. No doutorado, quer investigar feridas em diabéticos. "Gostaria de fazer doutorado em uma grande instituição, mas boa parte das mais sérias inclusive exigem dedicação exclusiva e isso aqui nem pensar".

Os professores de Barra estão inscritos no Programa de Doutorado Interinstitucional UFMG/UFMT (Dinter).

Reitoria dá respostas evasivas

Em resposta a diversas críticas da comunidade do *Campus* Araguaia, o secretário de Gestão de Pessoas, Domingos Sálvio Sant'Ana, e o pró-reitor do *Campus* Araguaia, professor José Marques Pessoa, deram explicações evasivas.

Sant´Ana disse que, quanto ao pedido dos docentes da Enfermagem, que querem aumento do valor pago por insalubridade de 10% para 20%, "a concessão de insalubridade na UFMT obedece ao que determina a Orientação Normativa nº 6, de 18/03/2013, que estabelece orientação sobre a concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, irradiação ionizante e gratificação por trabalhos com raios-x ou substâncias radioativas, e dá outras providências, os percentuais variam de 5%, 10% e 20%, em seus graus mínimo, médio e máximo, dependendo do Laudo Técnico". Mas não esclareceu se o aumento é possível.

Sobre o Planetário, Pessoa respondeu que a construção do Centro de Vivência Científica e Cultural do *Campus* do Araguaia vai abrigar uma cantina, um salão multiuso e um mini-auditório com duas telas de projeções. Mas não disse por que, ao invés de um planetário de R$957.601,40, não construiu bibliotecas de qualidade nas duas unidades.

Quanto ao medo dos professores da Unidade 1 ser desativada, Pessoa nega. Isso não está nos planos institucionais, segundo ele. Mas não revelou quais são esses planos.

Sobre a falta de uma política institucional que estimule os docentes a saírem para o doutorado, Pessoa respondeu que "a política de capacitação é definida no âmbito de cada um dos três institutos que compõem o *Campus* do Araguaia. A autorização para contratação de substitutos em casos de capacitação não encontra apoio na legislação em vigor".

2º semestre de 2013: uma PAUTA mais do que URGENTE

Alexandre P. Machado e Tomás Boaventura

Recentemente, de 31/08 a 1º/09, os professores Alexandre P. Machado e Tomás Boaventura estiveram presentes na reunião do Setor das Federais realizada na sede do ANDES-SN/BSB, após último CONAD/Sta. Maria/RS. Um encontro importante de organização da luta para este segundo semestre de 2013, mas já apontando para 2014, e ainda na bagagem questões não resolvidas da última greve/2012. Constatou-se que existe **uma PAUTA mais do que URGENTE**, longa, densa e que precisará de toda a nossa capacidade de mobilização e luta para discuti-la fortemente com o Governo e concretizá-la a nosso favor. O desafio é grande! Eis alguns de seus pontos:

- **Carreira Docente:** a Lei 12.772/2012, panaceia postulada pelo PROIFES, que foi modificada depois na MP 614/2013 – editada pelo Executivo para **corrigir alguns erros na Lei que trata especificamente da Carreira dos Docentes** *das IFES*'- tornou-se agora no Projeto de Lei de Conversão – PLV 18/2013 – já aprovado na Câmara dos Deputados (20/08) e traz estranhas novidades, entre outras, os professores DE podem participar da direção das Fundações de Apoio e da EBSERH, e um tratamento diferenciado de promoção para os docentes que são magistrados. As **últimas providências, além de descontextualizadas, não corrigem distorções estabelecidas** que descaracterizam a nossa proposta de carreira. A primeira versão da lei colocava todos os ingressantes na carreira sob condição de "Professor Auxiliar-I", independente da titulação. A matemática da sacanagem é bem simples, pois colocava todos no mesmo nível e com baixos salários. Como houve muita contestação nessa parte, até mesmo pelos aliados que ainda apoiam esse Governo, a lei foi reeditada pela provisória 614, a qual também veio para **mascarar a condição precarizante em que já ingressam os novos docentes**, pois o termo "professor auxiliar" é substituído por Letra. Como bem colocado na greve de 2012, pela Profª Marluce (ICHS) - devemos rejeitar esse trapo velho por completo porque quanto mais se remenda mais buracos aparecem piores pra nós.

Este mote que trata da Carreira Docente retoma como um dos temas centrais na nossa agenda atual.

- **Levantamento das Pautas Internas das IFES** que dizem respeito à expansão precarizada, das condições de trabalho em seus mais diversos aspectos, do sucateamento da infraestrutura, do adoecimento docente como consequência, dos diversos entraves para a sua progressão, do assédio moral, da assistência estudantil e do aprofundamento da quebra da autonomia nas universidades devem ser colocadas com toda a força para as administrações nestes meses de setembro e outubro. Haverá também nestes meses uma jornada específica contra o FUNPRESP e o lançamento da 2ª edição do *Dossiê Nacional – Precarização das Condições de Trabalho nas IFES*. Todos devem se juntar à ADUFMAT nesta luta.

- **Autonomia das IFES** sempre atacada e e sofrendo com a incapacidade do Governo e Reitorias de entenderem e aceitarem a autorregulamentação do artigo 207 da CF/1988, se vê novamente e profundamente ameaçada com o anteprojeto de lei da ANDIFES de uma *Lei Orgânica das Universidades Federais* enviada pelo seu Conselho Pleno, via Presidência, aos Reitores das IFES. A Autonomia plena de **uma Universidade pública e gratuita é um princípio fundante do ANDES-SN que busca, na produção do conhecimento socialmente referenciado, uma sociedade mais igualitária, livre e democrática**.

- **Docentes Aposentados,** ou melhor, os assuntos de aposentadoria, e a defesa de direitos inalienáveis estão mais do que nunca nesta agenda do 2º semestre de 2013. Todos aqueles docentes aposentados como Adjunto 4, independentemente de sua titulação, podem ascender à categoria de professor associado. Isso porque a Lei 11.344/2006, com o simples intuito de congelar os proventos e as pensões, foi uma interferência ilegal e indevida na Carreira, agora, com amplo questionamento não só no campo político – ver decisão do 32º Congresso/2013/ANDES-SN – como no jurídico – Projeto de Lei do Senador Paulo Paim – que buscam corrigir esta calamidade a qual, mais uma vez, **quebrou a paridade entre ativos e aposentados**. Como também a derrubada da PEC 555 e assim acabar com a contribuição previdenciária dos aposentados, com a devolução do que já foi recolhido, uma excrescência jurídica só possível no bojo do *Mensalão*. **Os aposentados devem estar nesta foto! Vamos participar desta Pauta Urgente, vamos participar das AGs**!

- **Salários, proventos e pensões:** tomando como base apenas o período de 01/07/2010 a 31/07/2015, em estudo da subseção DIEESE no ANDES-SN (ago. 2013/consultar no *site*) – dos pretensos reajustes impostos pelo Governo e a inflação e sua projeção no mesmo período – **haverá uma média de perda de nossa remuneração em mais de 30%.** É sintomático e perpassa, nos nossos dias, a perda de compra de nossa remuneração. Isto falávamos na greve de 2012 quando, novamente (2010 e 2013), o Governo apenas nos impôs a reposição de uma inflação já passada. Também é um dos pontos inseridos nesta pauta do 2º semestre/2013. É importante? A resposta está com o Movimento Docente.

- **A plena contribuição de todos os sindicalizados do ANDES-SN e o Conselho de Representantes da ADUFMAT-SSind.:** duas questões também que estão na pauta deste segundo semestre/2013 e que merecem a nossa presença e atuação no Sindicato. Quanto ao Conselho de Representantes, existe a oportunidade dos aposentados participarem.

Esta pauta nos aponta um enfrentamento político forte que se dará até o final deste ano e no início do próximo. Uma luta de toda nossa categoria e de cada um de nós que nos traz um convite para a participação ativa na ADUFMAT-SSind.

Ueap cumprirá lei que prevê eleição para reitor pela primeira vez

O conselho Universitário (Consu) da Universidade Estadual do Amapá (Ueap) aprovou, no dia 26 de agosto de 2006, a eleição para a escolha de reitor da instituição. A medida, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nunca foi cumprida.

Segundo matéria publicada no G1, a eleição para reitor era uma das reivindicações de docentes e da comunidade acadêmica da Ueap, que foram às ruas no segundo semestre de 2012, quando também protestaram contra o baixo orçamento destinado à instituição. Para a comunidade acadêmica, a deficiência na estrutura de ensino, com falta de materiais básicos como pincel atômico e resma de papel, é consequência da falta de gestão democrática na universidade.

"Na prática, essa aprovação do Consu para a eleição de reitor elimina a indicação política que muitas vezes burocratiza a gestão e não resolve os problemas enfrentados dentro da instituição", afirmou o professor Luciano Araújo, membro do Conselho Universitário da Ueap, ao G1. Segundo a reportagem, Araújo liderou o movimento que pedia melhorias na universidade durante os protestos de 2012, bem como a aprovação do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos docentes.

Fonte: ANDES-SN

Luta contra os venenos agrícolas

Uma verdade cientificamente comprovada: os agrotóxicos fazem mal à saúde das pessoas e ao meio ambiente

Historicamente, o papel da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) e da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) é de produção de conhecimento científico pautado pela ética e pelo compromisso com a sociedade e em defesa da saúde, do ambiente e da vida. Essas instituições tiveram e apresentam contribuição fundamental na construção e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde.

Quando pesquisas desenvolvidas nas referidas instituições contrariam interesses de negócios poderosos, incluindo o mercado de agrotóxicos, que movimenta anualmente bilhões de reais, eventualmente elas sofrem ataques ofensivos que, transcendendo o legítimo debate público e científico, visam confundir a opinião pública utilizando subterfúgios e difamações para a defesa e manutenção do uso de substâncias perigosas à saúde e ao meio ambiente.

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco não se eximem de seus papéis perante a sociedade e cumprem a missão de zelar pela prevenção da saúde e proteção da população. Por esta razão, têm se posicionado claramente no que diz respeito aos perigos que os agrotóxicos e outras substâncias oferecem à saúde e ao meio ambiente. Desde 2008, o Brasil lidera o *ranking* de uso de agrotóxicos, o que gera um contexto de alto risco e exige ações prementes de controle e de transição para modelos de produção agrícola mais justos, saudáveis e sustentáveis.

As pesquisas sociais, clínicas, epidemiológicas e experimentais desenvolvidas a partir de pressupostos da saúde coletiva, em entendimento à complexa determinação social do processo saúde-doença, envolvem questões éticas relativas às vulnerabilidades sociais e ambientais que necessariamente pertencem ao mundo real no qual as populações do campo e das cidades estão inseridas.

Neste sentido, a Fiocruz, o Inca e a Abrasco estão seguros do cumprimento de seu papel. Portanto, repudiam a acusação de que são guiados por um "viés ideológico" e sem qualidade científica. As referidas instituições defendem os interesses da saúde pública e dos ecossistemas em consonância com os direitos humanos universais firmados pelos princípios constitucionais que regem o Brasil.

Pesquisador Wanderlei Pignati
Universidade Federal do Mato Grosso

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco atuam há décadas em parceria com diversas universidades e institutos de pesquisas, como a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), em que atua o professor e pesquisador Wanderlei Pignati – citado em reportagem da revista "Galileu" mencionada abaixo –, e outros que desenvolvem pesquisas sobre os impactos dos agrotóxicos e de micronutrientes na saúde e no ambiente que são idôneas, independentes, críticas, com metodologias consistentes e livres de pressões de mercado. Tais pesquisas vêm revelando a gravidade, para a saúde de trabalhadores e da população em geral, do uso de agrotóxicos e reforçam a necessidade de medidas mais efetivas de controle e prevenção, incluindo o banimento de substâncias perigosas já proibidas em outros países e o fim da pulverização aérea.

O "Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na Saúde" registra e difunde a preocupação de pesquisadores, professores e profissionais com a escalada ascendente de uso de agrotóxicos no Brasil e a contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, com severos impactos na saúde pública e na segurança alimentar e nutricional da população.

Os agrotóxicos podem causar danos extremamente graves à saúde, como alterações hormonais e reprodutivas, danos hepáticos e renais, disfunções imunológicas, distúrbios cognitivos e neuromotores e cânceres, entre outros. Muitos desses efeitos podem ocorrer em níveis de dose muito baixos, como os que têm sido encontrados em alimentos, água e ambientes contaminados. Além disso, centenas de estudos demonstram que os agrotóxicos também podem desequilibrar os ecossistemas, diminuindo a população de espécies como pássaros, sapos, peixes e abelhas. Muitos desses animais também desempenham papel importante na produção agrícola, pois atuam como polinizadores, fertilizadores e predadores naturais de outros animais que atingem as lavouras. O "Dossiê Abrasco" cita dezenas dos milhares de estudos publicados em periódicos científicos nacionais e internacionais de renome que comprovam esses achados.

É direito da população brasileira ter acesso às informações quanto aos impactos dos agrotóxicos. Faz-se necessário avançar na construção de políticas públicas que possam proteger e promover a saúde humana e dos ecossistemas impactados negativamente pelos agrotóxicos, assim como fortalecer a regulação do uso dessas substâncias no Brasil, por meio do SUS.

Nesse sentido, a Fiocruz, o Inca e a Abrasco repudiam as declarações do diretor-executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Eduardo Daher, e de Ângelo Trapé, da Unicamp, veiculadas na revista "Galileu" nº 266, edição de setembro de 2013, e também na entrevista divulgada no *site* da publicação, que atentam contra a qualidade científica das pesquisas desenvolvidas nessas instituições e, em especial, contra o "Dossiê Abrasco – Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde".

As palavras do diretor-executivo da Andef, que tentam desqualificar e macular a credibilidade dessas instituições, são inéditas, dado o prestígio nacional e internacional e a relevância secular que temos na área da pesquisa e formulação de políticas públicas de ciência, tecnologia e inovação em saúde, bem como na formação de profissionais altamente qualificados.

A Andef é uma associação de empresas que produzem e lucram com a comercialização de agrotóxicos no Brasil. Em 2010, o mercado dessas substâncias movimentou cerca de US$7,3 bilhões no país, o que corresponde a 19% do mercado global de agrotóxicos. As seis empresas que controlam esse segmento no Brasil são transnacionais (Basf, Bayer, Dupont, Monsanto, Syngenta e Dow) e associadas à Andef. As informações sobre o mercado de agrotóxicos no Brasil, assim como a relação de lucro combinado das empresas na venda de sementes transgênicas e venenos agrícolas, estão disponíveis no referido Dossiê Abrasco "Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde".

A Fiocruz, o Inca e a Abrasco não aceitarão pressões de setores interessados na venda de agrotóxicos e convocam a sociedade brasileira a tomar conhecimento e mobilizar-se frente à grave situação em que o país se encontra, de vulnerabilidade relacionada ao uso massivo de agrotóxicos.

Rio de Janeiro, 06 de setembro de 2013

JANTAR DANÇANTE PARA COMEMORAR O DIA DO PROFESSOR

Tempos Sombrios *(Bertold Brecht)*

Realmente, vivemos tempos sombrios!
A inocência é loucura. Uma fronte sem rugas
denota insensibilidade. Aquele que ri
ainda não recebeu a terrível notícia
que está para chegar.
Que tempos são estes, em que
é quase um delito
falar de coisas inocentes,
pois implica em silenciar
sobre tantos horrores.

O Jantar Dançante do dia do Professor foi um sucesso! Muita gente compareceu e aprovou o samba de alta qualidade, a comida e o clima de festa que tomou conta do Salão da AABB. Veja as fotos no site da Adufmat-S.Sind.

Ano que vem tem mais!